

Conclusões II Bienal Autismo da APPDA - N

A Bienal de Autismo, na sua segunda edição, teve uma boa adesão e as inscrições superaram as expectativas (131 inscrições, das quais 25,9% correspondiam a professores, 22,1% a pais, 15,3% a psicólogos, 15,3% a indiferenciados, 9,2% a estudantes, 6,1% a educadores e 6,1% a terapeutas).

Nesta edição privilegiou-se a divulgação das experiências da APPDA-Norte e pudemos contar com a presença das Excelentíssima Senhora Secretária de Estado Adjunta da Reabilitação, Idália Marques Moniz, Dr^a Olívia Rito, em representação da Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia e a Dr.^a Noémia da Costa, em representação da DREN; dos convidados nacionais Prof. Doutora Isabel Cottinelli, Presidente da APPDA-Lisboa, da Federação Portuguesa de Autismo e Vice-Presidente do Autismo Europa, que nos falou da necessidade educativa das pessoas com autismo ao longo da vida; da Prof. Doutora Guiomar Oliveira, médica pediatra no Hospital Pediátrico de Coimbra – consulta de autismo, que apresentou os resultados de um estudo epidemiológico sobre autismo em Portugal; e da Dr.^a Carla Faria da ajudas.com, que nos informou sobre as novas tecnologias e comunicações – Pocket Voice. Contamos ainda com a participação dos convidados internacionais, Dr.^o Cipriano Jimenez, Psiquiatra e vice-presidente de Autismo Galiza, que abordou o tema do direito ao trabalho das pessoas com autismo; da Professora Vera Juhlin, professora de ensino especial na Suécia, que com a sua experiência partilhou connosco as melhores formas de ensinar as crianças com autismo a escrever.

O diagnóstico das Perturbações do Espectro do Autismo (PEA) continua a basear-se em aspectos comportamentais, apesar dos avanços no campo genético e neurológico. Existe uma maior diversidade de quadros para além do autismo clássico, diagnosticando-se mais casos de outras Perturbações Globais de Desenvolvimento, nomeadamente Asperger e Perturbações Globais de Desenvolvimento sem Outra Especificação. Para um diagnóstico mais precoce podemos nos socorrer de uma avaliação psicomotora, no entanto, é necessário um estudo mais aprofundado neste campo. A avaliação psicomotora deverá ser integrada no diagnóstico pois pode deixar-nos alertas para a existência de uma perturbação do desenvolvimento.

O estudo epidemiológico feito em Portugal Continental e Açores, na faixa etária dos sete aos nove anos, leva-nos a considerar que existe um número crescente de crianças com autismo diagnosticadas em Portugal, o que gera uma insuficiência de respostas, quer

materiais, quer humanas, para o número de casos detectados, situação esta que existe com certeza e se irá repercutir nas fases etárias seguintes. É necessário elaborar planos de transição nas diferentes etapas, devendo a transição para a vida adulta ser contemplada, pois nem sempre isso acontece. Estes planos devem respeitar os interesses e capacidades da pessoa com PEA e proporcionar-lhes a possibilidade de realização de um trabalho ou ocupação, mediante os gostos manifestados. Questiona-se a capacidade de inclusão do sistema educativo e profissional e da falta de flexibilidade do trabalhar em rede dos diversos serviços.

Apesar de existirem cada vez mais recursos, nomeadamente a nível da educação através de unidades educativas especiais direccionadas para o atendimento de casos com PEA, as respostas existentes continuam a ser escassas e insatisfatórias. Assistimos também à extinção de valências criadas especificamente para o atendimento de crianças com PEA, nomeadamente o desmantelamento da equipa de intervenção precoce em autismo da UADIP criada no âmbito do projecto “Crescer Diferente – um direito”, integrada no programa “Ser Criança”, implementado em 2000/2002 em consonância com APPDA-Norte e UADIP.

As necessidades educativas ao longo da vida das pessoas com PEA perspectivam um acompanhamento permanente, valorizando as figuras de referência, que deveriam ser tanto quanto possível constantes. Surge assim a importância da formação e boa remuneração dos técnicos, mesmo quando trabalham com uma população considerada não produtiva e em riscos de exclusão social.

Ressalva-se a necessidade de crescimento da APPDA – Norte, perspectivando o futuro dos seus utentes, apresentando características mais orientadas para o envelhecimento da sua população, tais como cuidados intermediários e continuados.

RECOMENDAÇÕES:

- No pré-escolar mais equipas de intervenção precoce especializadas
- Garantia da continuidade de cuidados na transição entre os diferentes níveis de ensino
- Melhor articulação entre as escolas do ensino público e as Associações, especialmente entre a DREN e a APPDA-Norte
- Maior diversidade das unidades de ensino
- Que a escola direcione a sua intervenção para a aquisição de competências de transição para a vida adulta, nomeadamente competências sociais e técnico-profissionais.-Estratégias a médio prazo, com previsão de necessidades tanto a nível de

Centro de Actividades Ocupacionais, como a nível de Residências.